



## ENTREVISTA COM O PROF. OCIMAR MUNHOZ ALAVARSE<sup>1</sup>

Julio Gomes Almeida

A avaliação educacional tem sido tema de muitas discussões nas últimas décadas, relacionadas à cultura avaliativa, às condições de permanência do aluno na escola e, mais recentemente, à regulação do trabalho escolar. Durante muito tempo, o foco dessas discussões era a aprendizagem dos alunos, mas com a instituição das avaliações em larga escala, nas unidades educacionais e nas redes de ensino, os resultados obtidos pelos alunos nessas avaliações vêm sendo entendidos, também, como indicadores de avaliação do trabalho escolar. Uma das questões básicas que têm surgido nessas discussões é entender o impacto das avaliações nas escolas e nas redes de ensino. Para entender essa e outras questões relacionadas à avaliação em larga escala e ao trabalho escolar, a Revista @mbienteeducação entrevista, neste número, o professor Ocimar Munhoz Alavarse.

**@mbienteeducação** - *O que você destaca como aspecto mais relevante nas discussões que hoje se travam no campo da avaliação do trabalho escolar?*

— Em primeiro lugar, uma coisa é a avaliação **do** trabalho escolar e outra é a avaliação **no** trabalho escolar. Começando pela avaliação do trabalho escolar, hoje, um dos debates, por conta das políticas públicas em educação terem adotado as avaliações externas como um de seus traços, é a avaliação do trabalho docente. Muitas políticas educacionais, principalmente no estado de São Paulo e na cidade de São Paulo, passaram a focar o trabalho docente como um dos principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, o que não deixa de ser correto, uma vez que o trabalho do professor deve ser um dos principais fatores, mas o problema é que esse trabalho docente tem sido amplamente responsabilizado pelos resultados e ao ser extremamente responsabilizado pelos resultados dos alunos dessas avaliações externas, você deixa de lado outros fatores que tam-

bém deveriam ser responsabilizados ou levados em conta. Eu diria que esse tem sido o aspecto mais relevante. Essa relevância exacerba as polêmicas, acirra os ânimos e impede que se faça uma discussão mais apropriada, uma avaliação do trabalho escolar de modo a incorporar outros fatores, ademais dos resultados de desempenho dos alunos, que inclusive ajudariam a compreender esses resultados.

**@mbienteeducação** - *É possível a escola assumir os resultados das avaliações em larga escala como prática institucional?*

— Eu acredito que sim. Se é possível dizer que há excessos, exageros, desvios altamente questionáveis nas políticas educacionais que concebem essas avaliações externas ou em larga escala, eu não defendo descartá-las, pois uma avaliação institucional, do meu ponto de vista, deve levar em conta, também, esses resultados. Essas avaliações externas, portanto, podem fornecer para a escola indicadores importantes do seu trabalho. Outra coisa é que esses indicadores não devem ser os únicos, e não necessariamente os mais importantes; então, a avaliação institucional pode ser beneficiada com essas avaliações pelo estabelecimento de alguns parâmetros, alguns termos de comparação com outras escolas e redes, permitindo reafirmar determinados compromissos e metas.

**@mbienteeducação** - *De que maneira as avaliações em larga escala podem contribuir para que a escola reflita sobre sua prática?*

— Em primeiro lugar, essas avaliações são compostas, usualmente, por dois tipos de instrumentos. Um, de ordem mais cognitiva, é constituído por provas com itens (questões) de múltipla escolha ou de resposta construída (quando o respondente escreve a resposta, longa ou curta), pelas quais se tem os resultado ou os desempenhos

<sup>1</sup> Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo



dos alunos em relação a um objeto a ser avaliado, que, normalmente, tem sido leitura e resolução de problemas. Outro tipo de instrumento são os questionários que captam os chamados hábitos de estudos, o nível socioeconômico dos alunos e suas famílias e, ainda, as condições infraestruturais e operacionais das escolas. Com relação ao primeiro tipo de instrumento, essas avaliações em larga escala podem fornecer parâmetros do processo de aprendizagem dos alunos, em conjunto ou individualmente, como é o caso da Prova São Paulo. Evidentemente que são informações captadas num determinado dia, portanto sujeitas a interferências localizadas, mas que podem permitir inferências sobre a aprendizagem dos alunos e, mais ainda, sobre o ensino desenvolvido com os alunos. Os resultados, portanto, podem fornecer indícios que permitam uma avaliação do processo de ensino e de aprendizagem, o que os alunos estão sabendo mais, o que os alunos estão sabendo menos. Evidentemente, são indícios associados aos objetos das provas que, por sua vez, podem ser elementos importantes do processo educativo. No caso da Prova São Paulo são fornecidos os resultados de cada aluno, permitindo o cotejamento e a comparação entre resultados internos e esses resultados de processos avaliativos externos. Por outro lado, a partir dos questionários a escola pode ter informações mais amplas sobre seus alunos e suas famílias.

As avaliações externas contribuem fornecendo mais elementos para a avaliação institucional e em alguns casos com certa vantagem, pois são dados que decorrem de provas e questionários bem feitos, pretestados e aplicados com controle; portanto, indicadores fidedignos. Mas, ressalvo que esses dados não abarcam toda a dimensão do trabalho escolar, exigindo, desse modo, que a equipe escolar complete o levantamento de dados para dar conta de sua avaliação institucional.

@mbienteeducação – *Você tem se po-*

*sicionado contra a vinculação dos resultados de avaliações em larga escala à política de bônus. Que razões apoiam sua posição?*

— Uma razão é de princípio político. Essas políticas estabelecem uma divisão entre os profissionais da educação e essa divisão não ajuda na luta que os trabalhadores da educação desenvolvem, há muitos anos, pelo atendimento de seus direitos. É como se você individualizasse, em algum grau pelo menos, as tentativas de melhoria salarial, por exemplo. A segunda razão decorre do próprio processo de mensuração de resultados a partir dos quais serão calculados os bônus. Essas avaliações, como já salientei, não captam todo o trabalho da escola. Ademais, todos os resultados estão sujeitos a erros de medida – inerentes a todo processo de medida – que, frequentemente, são ignorados na divulgação dos mesmos. Então, como se poderia avaliar o trabalho dos profissionais da educação, inclusive a ponto de bonificá-los, se se parte de um instrumento que não capta tudo o que eles fazem e ainda introduz imprecisões? No mínimo isso é injusto e incompleto. Outra característica metodológica importante é que muitas políticas de bonificação avaliam o conjunto dos professores e isso muitas vezes não é justo, porque existem diferenças entre os professores que não seriam contempladas, configurando uma contradição nos objetivos dos que defendem tal bonificação, pois haveria um indicador que é geral e para captar cada um dos indivíduos. E a terceira razão, ao fazer esse uso das avaliações externas para bonificação, você pode anular ou limitar todo o potencial que essas avaliações teriam em fornecer indicadores para que a escola os incorporasse numa avaliação institucional.

Como até hoje constatamos uma grande dificuldade dos professores em compreender esses resultados de avaliações externas, a introdução da bonificação cria um quadro no qual, sem ter completado uma etapa, ou seja, de divulgar, debater, de fazer os professores conhecerem, como são produzidos esses resultados, passa-se por cima disso e coloca-se esses resultados a ponto de discriminar quem é melhor, quem é pior. Parece-me ser uma política inadequada para



uso dos resultados das avaliações, a ponto de comprometer as próprias avaliações.

**@mbienteeducação** – *Frequentemente aparece, nos meios de comunicação ou até mesmo em trabalhos acadêmicos, a utilização do termo “avaliação externa” referindo-se às avaliações em larga escala. Em sua opinião, esse emprego pode trazer implicações para o trabalho escolar?*

— Quando eu menciono a expressão avaliação externa eu estou me referindo a quem é o sujeito da avaliação. A avaliação externa se contraporia, ainda que não de forma absoluta, com a chamada avaliação interna, aquela nas quais os professores são o sujeito. Não vou entrar na discussão se os alunos, também, deveriam ser sujeitos da avaliação, mas por uma tradição nós temos os professores, ou tínhamos, como sujeitos do processo avaliativo, pois organizavam a avaliação em função das práticas que desenvolviam com seus alunos. Essas avaliações externas como que tiram essa autoridade dos professores. Se é possível questionar o exagero de controle que os professores tinham sobre essa avaliação interna – como encontramos em farta literatura –, não considero que a melhor maneira de enfrentar isso seja tirar desses professores essa autoridade, essa condição de sujeito e entregá-la a uma secretaria, a um ministério e buscar uma empresa que venha realizar a avaliação. Assim, a expressão avaliação externa é uma expressão que procura localizar quem é o sujeito, quem controla, quem determina o que entra na prova e o que não entra, quais serão os instrumentos, quais serão os usos dos resultados etc. Sendo que a expressão avaliação em larga escala designa, entre outras coisas, o fato de que muitas dessas avaliações externas são feitas abarcando um contingente muito grande de alunos e escolas, daí a expressão em larga escala que remete aos problemas de padronização, de operacionalização, de logística. Enfim, reitero que as avaliações externas são assim denominadas porquanto seu sujeito esteja fora da escola, onde de fato acontece o processo pedagógico que acaba sendo, de alguma maneira, objeto da avaliação.

**@mbienteeducação** – *Uma das constatações que temos feito no contato com educadores da rede é que há desconhecimento sobre os conceitos que organizam o campo da avaliação educacional por parte desses profissionais. Em sua opinião, mesmo não dominando esses conceitos, tais profissionais incluirão seus resultados na sua dinâmica de trabalho?*

— Na verdade, a dificuldade para incluir decorre mais de problemas de política educacional, haja vista que muitos professores são contrários a essas avaliações. Se nós concordamos com esses professores ou não isso é outra discussão. Por que são contrários? Porque veem nessas avaliações uma ameaça ao seu trabalho, um julgamento desautorizado do seu trabalho e, portanto, se opõem politicamente a essas avaliações, o que seria o principal problema para a incorporação dos resultados das avaliações externas. Contudo, é preciso reconhecer que os professores têm dificuldade porque não foram formados para compreender e incorporar os conceitos, as metodologias e outros aspectos associados a essas avaliações, de modo que muitas vezes os professores são contra sem conhecer exatamente o que compõem essas avaliações. Por outro lado, constata-se que muitos dirigentes, sujeitos dessas avaliações externas, nunca tiveram como uma de suas marcas o esforço no sentido de consolidar um processo de difusão do conhecimento, para preparar os professores, sem querer fazê-los concordar necessariamente. É como se esses gestores decidissem fazer essas provas e impor seus resultados às escolas, gerando, compreensivelmente, resistências e, conseqüentemente, dificultando inclusive as ações de disseminação e de formação. Estaríamos num quadro no qual devemos enfrentar essa dimensão política que é de convencimento, que é um debate legítimo e ao mesmo tempo uma limitação no ponto de vista da formação dos professores; então, esse é um patamar em que se encontram as avaliações em larga escala do Brasil. Garantir legitimidade política, reconhecimento político e ao mesmo tempo fazer com que as pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, conheçam e dominem os conceitos que são subjacentes a elas.



**@mbienteeducação** – *Você considera o desempenho dos alunos nas avaliações em larga escala um indicador de seguro da qualidade da educação?*

— Não. É evidente que a qualidade de educação, é importante que se diga, também abarca os resultados dessas avaliações. Por exemplo, é inconcebível na escola básica, principalmente no ensino fundamental, não considerar a capacidade de leitura dos alunos como elemento de qualidade da educação escolar. Aliás, quando não tínhamos essas avaliações externas e alguém queria falar que a escola não tinha qualidade apontava justamente isso, que os alunos eram analfabetos ou quase analfabetos quando concluem etc. A leitura é condição sine qua non para o domínio de quase todos os conteúdos com os quais a escola trabalha e, desse ponto de vista, as medidas – os resultados – de leitura constituem um indicador importante da qualidade do trabalho escolar. O centro do problema é que a qualidade do trabalho escolar não se esgota na leitura ou na resolução de problemas – outro objeto tradicional das avaliações externas. Com efeito, nós não podemos comprovar a qualidade da educação escolar a partir do indicador que vem da avaliação externa. No entanto, nas políticas educacionais, com destaque para a formulação do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), assim tem aparecido, como se esses resultados condensassem toda a qualidade do trabalho escolar. Eis aí um debate político a ser enfrentado: de um lado contestar esse reducionismo e por outro ampliar o debate sobre a qualidade do trabalho escolar sem descartar as avaliações externas.

**@mbienteeducação** – *Uma das questões que têm sido colocadas nas discussões sobre avaliação é a regulação do trabalho pedagógico. Como você vê esse tema? É possível afirmar essa relação?*

— Eu diria que aqui está uma boa questão de pesquisa. O que nós temos são três posições possíveis que precisam ser verificadas na realidade. Muitos que são contrários às avaliações externas têm denunciado seu caráter regulador do trabalho escolar, ou seja, que as escolas estariam desenvolvendo

atividades exclusivamente associadas aos conteúdos que compõem essas avaliações externas. Outra posição considera que as escolas ignoram essas avaliações, seguindo seu trabalho como no momento anterior a esse “fervor” avaliativo. Uma terceira posição considera a possibilidade das escolas incorporarem os resultados das avaliações externas, sem ignorá-los, portanto, mas sem fazer desses resultados o elemento central. Mediante o contato com meus alunos das disciplinas que têm estágios, tenho recebido indícios de que essas três posições existem, contudo eu não saberia dizer exatamente qual é a majoritária. Então, aqui há um bom tema de pesquisa educacional. Destaco que desde há muitos anos, provavelmente há mais de quarenta anos, algumas escolas privadas, principalmente de ensino médio, já trabalham na perspectiva de regulação da sua atividade a partir das avaliações externas, considerando os vestibulares como uma avaliação externa, ou seja, o que importava era ensinar para os alunos o que “cairia” nos vestibulares e a medida do sucesso da escola era o sucesso dos alunos nesses vestibulares. Esse modelo, entretanto, atingia uma pequena parcela de alunos e escolas. Como as avaliações em larga escala, e nesse caso o nome larga escala é bem pertinente, estão abrangendo o conjunto de escolas de educação básica do Brasil, é evidente que esse debate ganhou outra densidade, outro alcance e talvez até por isso merecedor de pesquisas que aprofundem as possíveis respostas e constatações da realidade.

**@mbienteeducação** – *É possível responsabilizar a escola pelo desempenho dos alunos quando o trabalho escolar é gerido por meio de comunicados e portarias dos órgãos centrais do sistema?*

— Em hipótese alguma é possível responsabilizar as escolas completamente pelo desempenho dos alunos, independente de como é gerido o trabalho escolar e considerando que em algum grau a equipe escolar é responsável pelo desempenho dos seus alunos, até porque seria inconcebível que os profissionais sejam pagos pelo povo para não terem responsabilidade alguma sobre o seu trabalho. Distinto disso é essa responsabili-



zação quase absoluta, especialmente na rede estadual de ensino do estado de São Paulo, das escolas pelo desempenho dos seus alunos. Por que isso não pode ser assim? Porque se o desempenho dos alunos depende de fatores que são de responsabilidade das equipes escolares, o maior peso das causas associadas aos resultados refere-se a fatores sobre os quais as equipes escolares não têm controle, especialmente o nível socioeconômico dos alunos. Portanto, não se pode responsabilizar alguém por algo sobre o qual não tem controle, por isso é necessário pensar outra maneira de relacionar o resultado dessas avaliações com os trabalhos dessas escolas e relacionar de outra maneira significaria não responsabilizar completamente as equipes escolares por esses resultados e a aprofundar a chamada avaliação institucional.

**@mbienteeducação** – *Você vê possibilidade da escola construir indicadores de avaliação da qualidade do próprio trabalho que possibilite diálogo com os indicadores das avaliações externas?*

— Eu considero que esse seja um bom desafio, para estabelecer uma articulação, um diálogo de tal maneira que o conjunto das escolas possa se apropriar desses indicadores gerais e, também, possam construir outros mais pertinentes ao que acontece na unidade escolar. Pensar esse processo de diálogo é decisivo hoje no Brasil, aliás, é como se tivéssemos que desmontar o que se construiu nos últimos dez anos com políticas agressivas e começássemos a construir outro modelo de gestão educacional. Mas, minha posição é que construir esse diálogo é reconhecer a importância de uma avaliação externa em larga escala que fixe parâmetros, inclusive para fazer as necessárias comparações, sem fazer disso um processo para procurar culpados.

**@mbienteeducação** – *Os resultados dos alunos nas avaliações em larga escala podem ser inseridos em um processo de autoavaliação institucional?*

— Não só podem como devem. Acredito que os resultados dessas avaliações, supondo que elas tenham sido bem feitas,

podem ajudar a compreender a realidade da escola. A avaliação institucional ou autoavaliação institucional é a tentativa da escola se perceber como um todo; quem são seus profissionais, quem são seus alunos, quais são seus desafios, que propostas a escola tinha para com esses alunos etc. Esse processo representa um diagnóstico da sua realidade. Ora, as avaliações externas justamente contribuiriam para elaboração, desenvolvimento desse diagnóstico. No entanto, muitas avaliações externas são pensadas ignorando a importância da autoavaliação institucional, não se preocupam com esse diálogo, não favorecendo, até mesmo tecnicamente, essa articulação.

**@mbienteeducação** – *A avaliação em larga escala, enquanto instrumento de acompanhamento de redes de ensino, é eficaz na avaliação de escolas e professores? Como você avalia a relação custo-benefício na utilização desse tipo de avaliação?*

— As avaliações externas e em larga escala seriam justificadas em grande medida quando se alinham com o monitoramento e o acompanhamento de escolas, estabelecendo uma linha de base, um referencial comum, ou mesmo um padrão dentro de cada rede. Com a condição de que as próprias avaliações sejam avaliadas, isto é, é necessária a meta-avaliação para que se saiba se elas satisfazem as condições que garantem que seus resultados sejam válidos. Para saber se as provas que foram aplicadas são boas, se os questionários estão bons, se os resultados são fidedignos, pois pode ocorrer que as provas sejam feitas sem cumprir com determinados requisitos técnicos. Nós precisamos avançar na meta avaliação que deveria ser feita por profissionais da própria rede e isso já seria um processo de capacitação, além de auditores independentes, como uma questão ética importante. Porque se os resultados não são bons, se têm vieses, por exemplo, todo o uso que se quiser fazer dos resultados estaria “contaminado”. Essa é uma condição que não tem sido observada no



Brasil. Por exemplo, *a posteriori* deve-se checar a base de dados, porque muitas vezes essas avaliações envolvem milhões de informações, cujo cruzamento indevido pode levar a resultados indevidos; então esse é um aspecto que me parece muito importante. A avaliação em larga escala é eficaz, mas não pode ser vista como o expediente exclusivo para tanto.

Com relação ao custo-benefício, temos que os custos, quando essas provas não acontecem com frequência exagerada, não são elevados quando você toma o conjunto dos gastos que são feitos pela educação, mas a questão não está no quanto se gasta e sim no como se gasta, com quais propósitos e finalidades. Elas poderiam custar um real apenas, mas se elas forem consideradas impróprias, indevidas, teríamos um real que foi gastado indevidamente ou elas podem custar alguns milhões de reais, mas se são feitos bons usos dos seus resultados, se esses usos estão garantindo a democratização do ensino, aprendizagem de todos os alunos, esse é um custo que se justifica. Guardadas as proporções, é o caso da educação especial que tem um custo que é mais elevado, mas nós não per-

guntamos se esse custo é alto. O que nós fazemos é procurar garantir que os alunos a ela concernidos sejam atendidos como precisam ser atendidos, mesmo que individualmente custem muito mais do que os outros alunos. Por outro lado, nós também perguntamos o que está ocorrendo com a educação desses alunos que demandam educação especial, guardadas as proporções é a mesma coisa relacionada às avaliações, só se justifica gastar dinheiro público, não importa o montante, se nós tivermos um uso adequado. E o que é um uso adequado? É aquele uso que permita a incorporação desses resultados em última instância no processo pedagógico no interior de cada sala de aula para que se garanta que todos os alunos aprendam aquilo que se considera indispensável. Qualquer coisa que não for nesse sentido não se justifica, por isso que tal avaliação não pode ser utilizada para bonificar professores, para punir escolas ou equipe escolares, a produção de disputas entre as escolas. Nós temos que apostar que essas avaliações externas, como também as avaliações internas às escolas, sejam uma alavanca, um impulso para a democratização do ensino e não da sua negação.